



## MUNICÍPIOS



### ARRAIÁ

## SÃO JOÃO DE FESTAS E BONS NEGÓCIOS ESTÁ DE VOLTA

O São João, a festa regional mais popular do Nordeste, está de volta depois de dois anos de pandemia. A expectativa do poder público e dos empresários dos setores envolvidos na festa é de que haja incremento econômico. Afinal, na última celebração, em 2019, dados da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia mostram que os festejos juninos arrecadaram mais de R\$ 550 milhões e geraram 50 mil postos de trabalho em todo o Estado. **4, 5, 10 e 11**



### DANÇA

**Arrasta-pé agita a capital e o interior** **4/5**

### MÚSICA

**Shows privados também retornam** **6**

### IMÓVEIS

**Aluguel de casa no interior chega a R\$ 20 mil** **10**



A força da cultura que reverencia os santos católicos faz do São João a festa regional mais popular

## UM JORNAL DE OPINIÃO

JOSÉ PAES LANDIM  
"Por onde anda o diálogo, essa poderosa arma à disposição" **A2**

RANULFO BOCAUYVA  
"A preservação da memória está seriamente ameaçada" **A3**

### OPINIÃO \ LEITOR

"Não adianta acharmos que a violência tem que ser combatida só pela polícia" **A2**

CLARINDO SILVA

**COMBUSTÍVEL** Cade determinou a abertura de inquérito para apurar se estatal cobra mais no estado

# Petrobras será investigada por cobranças na Bahia

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou a abertura de inquérito para apurar se a Petrobras cobra mais do petróleo que vende para a Refinaria de Landulpho Alves, localizada na Bahia e que foi privatizada no fim de 2021. O pedido foi aprovado de maneira unânime pelo conselho e se tornou um inquérito do tribunal administrativo. O pedido de início das inves-

tigações, segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, foi feito pelo conselheiro Gustavo Augusto de Lima e aceito pelos demais conselheiros. Foram abertas duas linhas de investigações. Na

## Refinaria baiana paga mais caro pelo combustível

primeira, o fundo Mubadala, dos Emirados Árabes, dono da refinaria, seria vítima, já que paga mais caro pelo petróleo. Na segunda, a refinaria é investigada por cobrar mais caro na Bahia. **B5**

## Chuva de outono

Uma frente fria que atinge Salvador deve permanecer na capital durante toda a semana. A cidade tem registrado altos acumulados pluviométricos e fortes rajadas de vento, além dos transtornos comuns notificados pela Defesa Civil. **A6**



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

### SEM AULAS

## Professores da rede municipal decidem manter greve

O movimento da APLB-BA declarou ontem, em assembleia, a manutenção da greve dos professores da rede municipal de Salvador. A categoria reduziu o percentual de reajuste salarial exigido para 23% mais duas referências. **A4**

### IMÓVEIS

## Ademi apoia projeto que altera cobrança de ITIV

O projeto de lei nº 58/2022, que quer alterar a cobrança praticada em Salvador do Imposto sobre a Transmissão de Intervivos (ITIV), recebeu apoio da diretoria da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA). **B3**

# 2

### MÚSICA

Com novo álbum, *Canicule Sauvage*, cantor Otto sai em turnê **C1**

### LEGISLATIVO

Ricardo Almeida ataca APLB e provoca desconforto **A8**

### MADRE DE DEUS

'Programa Travessia' ajuda famílias afetadas pela pandemia **A6**



Bahia conta com volta do onipresente Daniel amanhã **B8**

VITÓRIA  
Novo contratado, Fogaño já treina com o elenco **B7**

LIGA CONFERÊNCIA  
Roma e Mourinho festejam título de torneio estreado **B7**

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**OPORTUNIDADES SIMM oferece 129 vagas de emprego nesta quinta**

[atarde.com.br/empregos](https://atarde.com.br/empregos)

# Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,  
FATOS E NEGÓCIOS**
[atarde.com.br/colunista/armandoavena](https://atarde.com.br/colunista/armandoavena)  
[armandoavena@grupoatarde.com.br](mailto:armandoavena@grupoatarde.com.br)

## O Brasil se abre ao exterior

O governo federal está abrindo a economia brasileira para o exterior num movimento que só tem precedente no governo Collor. Após reduzir as alíquotas de importação em 10% no final do ano passado, o governo aprovou esta semana uma nova redução de 10% nas alíquotas do Imposto de Importação de quase 90% dos produtos comprados no exterior, o que significa que quase 7 mil itens poderão chegar ao Brasil mais baratos, incluindo feijão, carne, massas, arroz e materiais de construção. A medida, que valerá de 1º de junho deste ano a 31 de dezembro de 2023, tem como objetivo, segundo o Ministro Paulo Guedes que finalmente passou a fazer política econômica, reduzir a inflação.

A notícia é positiva porque a economia brasileira é uma das mais fechadas do mundo e sempre protegeu os produ-

tos nacionais da competição externa. A medida pode ajudar a combater a inflação, porque se a produção estrangeira chegar ao Brasil mais barata haverá mais concorrência entre os produtos importados e nacionais e os preços tendem a cair. É verdade que os preços estão altos em toda à parte, mas nada que se compare aos preços praticados no Brasil, por isso as empresas brasileiras serão submetidas a uma concorrência muito maior e vão ter de au-

**Notícia positiva porque a economia brasileira é das mais fechadas do mundo**

mentar a produtividade. E aí surge a primeira desvantagem, pois a produção nacional é submetida a impostos mais altos, fretes mais altos, deficiência de infraestrutura etc. e assim o produto nacional, que traz embutido o Custo-Brasil, vai ter de competir com o produto importado num cenário de crise e de custos em elevação.

É verdade que a medida não atinge a todos de forma homogênea. Muitos setores da produção nacional vão ser beneficiados, pois os insumos e matérias-primas importadas chegarão mais baratos, reduzindo o custo de produção, embora essas matérias-primas, na maioria commodities, continuam aumentando preços, por conta da crise internacional. Mas não há dúvida que será um estímulo para a compra de maquinário e introdução de tecnologia, melhorando a produtividade

da economia brasileira.

Vale lembrar também que, apesar de chegarem ao Brasil com um imposto de importação menor, os produtos importados ainda estarão submetidos a uma taxa de câmbio alta, que os torna menos competitivos, mas, ainda assim, produtos vindos de países como a China, e outros de alta produtividade e baixos custos, entrarão no país com elevada capacidade de tomar o mercado. A medida, por outro lado, não vai atingir uma série de produtos, como automóveis por exemplo, que por conta de acordos no âmbito do Mercosul manterão as tarifas. Em resumo: a redução do imposto de importação pode ajudar a reduzir a inflação e estimular a modernização e a produtividade da economia, mas vai obrigar o empresariado a competir com o exterior, num período pós-pandemia e de aumentos nos custos de produção.

## A redução do ICMS

O projeto que fixa o teto da alíquota dos combustíveis e da energia elétrica em 17% nos estados pode causar um enorme estrago nas finanças de estados e municípios. O ICMS representa cerca de 80% ou mais da arrecadação dos estados e muitos deles, que viram suas finanças melhorar por causa da inflação, podem voltar a ficar no vermelho. É indispensá-

vel que haja uma trava e que perdas de arrecadação acima de determinado patamar sejam compensadas pelo governo federal. Na Bahia, que é um estado tradicionalmente ajustado sob o ponto de vista fiscal, a perda estimada será de cerca de R\$ 4 bilhões por ano em arrecadação e os municípios baianos perderão algo como R\$ 1 bilhão por ano.

## Como se não houvesse amanhã

O secretário estadual de Fazenda, Manuel Vitória, me diz que está preocupado com o rumo com que a questão fiscal está sendo tratada no país, como se não houvesse amanhã. Segundo ele, o processo inflacionário fez aumentar a arrecadação, melhorando a situação fiscal dos estados e da União, mas o problema é que se estabeleceu um movimento

no sentido de aumentargastos e reduzir impostos, sem o imprescindível corte de despesas. No primeiro momento, a situação se sustenta, mas os custos do governo - gasolina, diesel, energia, educação, saúde, investimentos e salários - também crescem com a inflação e as contas podem se deteriorar. A preocupação não é com 2022, mas com 2023.

**IMPOSTO** Projeto do vereador Edvaldo Brito deve ir à votação no plenário da Câmara de Vereadores

# Ademi apoia a proposta que altera cobrança do ITIV em Salvador

Felipe Iruatã / Ag A Tarde/ 24.08.2021



Projeto prevê a cobrança do imposto com base no valor da venda do imóvel

## DA REDAÇÃO

O projeto de lei nº 58/2022, que quer alterar a cobrança praticada em Salvador do Imposto sobre a Transmissão de Intervivos (ITIV), recebeu o apoio da diretoria da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA).

O PL já foi aprovado em duas comissões da Casa, a de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização e agora deve seguir para a votação dos vereadores no plenário da Câmara.

A Ademi-BA decidiu pelo apoio ao projeto depois de reunião da entidade realizada na última segunda-feira, 23. No documento de apoio da associação, os dirigentes dizem que a alteração proposta é um "grande avanço", já que o Código Tributário do Município passa a considerar a decisão pelo Supremo Tribunal de Justiça.

"Aguardamos agora a pacificação desse entendimento na votação do plenário: que o imposto deve ter como base de cálculo o valor da venda do imóvel e não o valor de avaliação dado pela prefeitura, ao tempo que se faz necessário também, declarar nulo a exigência de recolhimento do ITIV por

conta da cessão de direitos", diz a nota.

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereadora Marta Rodrigues (PT), quando da aprovação do PL no colegiado que comanda no dia 17 de maio, comentou que o PL de autoria do vereador Edvaldo

Brito (PSD) é uma vitória para a capital baiana por vislumbrar a possibilidade de que o contribuinte passará a ter justiça na cobrança do ITIV.

"A cobrança desrespeitava o Código Tributário Nacional e o artigo 146 da Constituição Federal e não podia

estar atrelada ao valor venal estabelecido pela prefeitura. Essa alteração é para garantir justiça tributária ao contribuinte [...] O ITIV tem de ser cobrado de forma justa para não sobrecarregar o contribuinte", acrescentou Rodrigues na ocasião.

No início de maio, o autor da proposta, vereador Edvaldo Brito (PSD), classificou a cobrança do ITIV da forma como é feita pela administração municipal como "absurda". "Em 2013, tinha um secretário chamado Mauro Ricardo, importado lá das profundezas dos infernos. Esse homem fez um arraso na cidade e tornou o imposto uma coisa horrorosa. Como é que vou pagar o imposto de transmissão na sentada? O terreno sem fazer nada, não tá transmitindo nada e já tem cobrança? Eu ensinava uma coisa na sala de aula e como vereador tinha que aceitar essa forma que a prefeitura tinha inventado? Não aceitei!", declarou o edil em entrevista à Rádio Metrôpole.

## FOMENTO

**Governo do Estado investe R\$ 50 milhões em editais**

## DA REDAÇÃO

O Governo do Estado, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapb), que é vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), abriu seis editais com financiamento total de cerca de R\$ 50 milhões para projetos nessas áreas.

A secretária interina da Secti, Mara Souza, ressalta a importância de investir e apoiar as ideias e os projetos dos cientistas e empreendedores baianos. "São editais que fazem diferença no trabalho de muitos pesquisadores de todo o estado e também na vida da nossa população. O nosso objetivo é fomentar a ciência, tecnologia e inovação e incentivar o empreendedorismo", disse.

Os editais irão contemplar projetos de fortalecimento das áreas naturais; inovação na educação; agricultura familiar; empreendedorismo inovador; centros de referência de ensino e transformação digital.

## FATURAMENTO

# Fábricas de máquinas têm queda

## CAMILA MACIEL

Agência Brasil, São Paulo

O faturamento da indústria de máquinas e equipamentos caiu 11,6% em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado, aponta balanço da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). O total da receita mensal ficou em R\$ 23,3 bilhões. No ano, de janeiro a abril, o setor acumula queda de 6,1% na receita líquida total em relação aos primeiros quatro meses de 2021.

Segundo a entidade, a queda registrada no último mês anula parte do crescimento de 18,2% observado

**"Apesar da queda, a meta de recuperação em 2022 está mantida"**

ABIMAQ

em março. "Apesar da queda do período, a expectativa de recuperação do faturamento em 2022 está mantida, dado o bom desempenho dos negócios", informou a associação. Nos últimos 12 meses, o saldo no faturamento é positivo, com variação de 8,1%.

O primeiro quadrimestre de 2022 indica uma desaceleração do ritmo da atividade industrial, verificada no fim do ano passado. Na avaliação da Abimaq, isso se deve, sobretudo, aos setores ligados ao consumo das fa-

mílias, que seguem impactando negativamente os investimentos produtivos de determinados segmentos.

De janeiro a abril, na comparação anual, a queda mais intensa foi observada na venda de máquinas para bens de consumo, -34,1%. Os setores agrícolas, por outro lado, mantiveram o desempenho, com variação positiva de cerca de 8%. As exportações tiveram "forte recuperação" iniciada no segundo trimestre de 2021 e seguem na mesma tendência neste ano.

## AGRONEGÓCIO

# Recursos para a safra serão liberados em junho

## DA REDAÇÃO

O Ministério da Economia comunicou que a previsão para a liberação dos recursos aprovados para o Plano Safra 2021/22 é o início de junho. De acordo com a pasta, "o cronograma de liberação dos recursos depende da operacionalização do crédito orçamentário respectivo e sua destinação final".

Ao todo, espera-se espera que sejam destravados quase R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 868,5 milhões provenientes

da aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1 e R\$ 1,1 bilhão de suplementação aprovada pelo setor sexta-feira, 20.

A tomada de crédito rural está parada desde fevereiro e o andamento do PLN 1 era muito aguardado pelo setor produtivo. No entanto, com a elevação dos juros e o cenário econômico, esses recursos também se mostram insuficientes. Para o próximo Plano Safra, o governo também já destinou R\$ 1,2 bilhão.